

PORTARIA Nº 7, de 14 de março de 2017
INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL N. 012.2017.047

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio do Procurador signatário, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais;

;

CONSIDERANDO a notícia de irregularidade encaminhada pelo cidadão Flávio Dionízio da Silva informando a possível ocorrência de irregularidades na 1) Prestação de Serviços Mecânicos para o Município de Areado; 2) e na Aquisição de Peças Mecânicas.

CONSIDERANDO o teor dos depoimentos constantes do Processo Administrativo 2385/2012.

RESOLVE, com fundamento nos arts. 127, caput, e 129, II e III, da Constituição República e art. 2º, II, da Resolução MPC-MG n. 07, de 21/11/2013, INSTAURAR o presente **INQUÉRITO CIVIL**, determinando, desde já, a seguinte diligência:

- 1) Expeça-se ofício ao Sr. Pedro Francisco da Silva, Prefeito Municipal de Areado, com **requisições** dos seguintes documentos:

1.a) cópia integral do procedimento licitatório relativo à Prestação de Serviços Mecânicos (Pregão 22/2012), abrangendo as fases interna e externa;

1.b) cópia integral do procedimento licitatório relativo à Aquisição de Peças Mecânicas (Pregão 104/2011), abrangendo as fases interna e externa;

1.c) cópia do(s) respectivo(s) contrato(s) administrativo(s) firmado(s) em decorrência do Pregão 22/2012 (Prestação de Serviços Mecânicos) e do Pregão 104/2011 (Fornecimento de Peças Mecânicas), bem como do(s) aditivo(s) contratual(ais) porventura existentes em ambas contratações;

1.d) cópia das solicitações de serviços mecânicos;

1.e) cópia das solicitações de peças mecânicas;

1.f) cópia de todas as Notas de Empenho decorrentes das contratações mencionadas no item 1.c (Prestação de Serviços Mecânicos e Aquisição de Peças Mecânicas);

1.g) cópias das Notas Fiscais decorrentes das contratações mencionadas no item 1.c (Prestação de Serviços Mecânicos e Aquisição de Peças Mecânicas);

1.h) cópia dos comprovantes de recebimento dos serviços mecânicos e dos fornecimentos de peças mecânicas decorrentes das contratações mencionadas no item 1.c;

1.i) Controle de estoque e de utilização das peças mecânicas;

1.j) cópias dos comprovantes de pagamento realizados em decorrência das contratações mencionadas no item 1.c (Prestação de Serviços Mecânicos e Aquisição de Peças Mecânicas);

1.k) Declaração devidamente assinada pelo Presidente da Comissão de Licitação especificando sequencialmente o rol de licitações ocorridas no Município cujo objeto foi a Prestação de Serviços Mecânicos (exercícios de 2008 a 2016). Tal declaração deve conter as seguintes informações: número do processo licitatório, data de abertura do processo licitatório, modalidade, objeto, licitante(s) vencedor(s), data da homologação, origem do recurso, valores contratados, data da contratação. Incluir Dispensas e Inexigibilidades, caso existentes;

1.l) Declaração devidamente assinada pelo Presidente da Comissão de Licitação especificando sequencialmente o rol de licitações ocorridas no Município cujo objeto foi o fornecimento de Peças Mecânicas (exercícios de 2008 a 2016). Tal declaração deve conter as seguintes informações: número do processo licitatório, data de abertura do processo licitatório, modalidade, objeto, licitante(s) vencedor(s), data da homologação, origem do recurso, valores contratados, data da contratação. Incluir Dispensas e Inexigibilidades, caso existentes.

Fixo o prazo de 60 (sessenta) dias para o cumprimento da diligência pelo gestor municipal, consoante autoriza o art. 26, I, “b”, da Lei n. 8.625/1993.

Publique-se.

Cumpra-se.

Belo Horizonte-MG, 14 de março de 2017.

Glaydson Santo Soprani Massaria
Procurador do Ministério Público de Contas